



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1319/2025
(à MPV 1319/2025)

Dê-se nova redação ao art. 41-A da Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025, como proposto pelo art. 1º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 41-A. Esta Lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade reduzir o prazo de vacatio legis do art. 41-A da Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025, que institui o Estatuto Digital da Criança e do Adolescente, de seis meses para noventa dias após a publicação. A proposta decorre da necessidade de conferir maior urgência à aplicabilidade da norma, tendo em vista a relevância do tema para a proteção dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes no ambiente digital.

Dados recentes do IBGE indicam que mais de 92% dos lares brasileiros já possuem acesso à internet, sendo que crianças e adolescentes estão entre os grupos mais conectados e vulneráveis. Levantamentos da TIC Kids Online Brasil demonstram que mais de 80% dos adolescentes de 9 a 17 anos acessam a rede diariamente, sendo expostos a riscos como cyberbullying, assédio, manipulação de dados e conteúdos inapropriados. O tempo médio de conexão dessa faixa etária ultrapassa quatro horas diárias, revelando que a ausência de mecanismos de proteção regulatória pode gerar impactos imediatos e duradouros em seu desenvolvimento físico, emocional e social.

A gravidade da situação é confirmada por indicadores alarmantes: o Brasil é hoje o quinto país do mundo com maior número de denúncias de



abuso sexual infantil online, com mais de 52 mil páginas reportadas em 2024. Apenas em 2023, os crimes de abuso sexual infantil pela internet cresceram 77% em relação ao ano anterior, e houve um aumento de 114% nas denúncias de material explícito envolvendo crianças e adolescentes após a circulação de conteúdos virais. Além disso, mais de 60% das denúncias de crimes na internet no país dizem respeito a abuso infantil. Esses números evidenciam a urgência de antecipar a eficácia da lei, uma vez que cada mês de atraso significa a perpetuação de riscos concretos a milhões de crianças e adolescentes expostos diariamente às redes sociais.

Diante desse cenário, a postergação da entrada em vigor da lei por seis meses retardaria a criação e o fortalecimento dos instrumentos de fiscalização, prevenção e orientação previstos no Estatuto Digital, ampliando a vulnerabilidade infantojuvenil. Ao contrário, a redução para noventa dias garante período suficiente para adaptação institucional dos órgãos públicos e privados, sem comprometer a segurança jurídica, mas assegurando maior celeridade na implementação de medidas urgentes e indispensáveis.

A proposta encontra respaldo na Lei Complementar nº 95/1998, que orienta a fixação de prazos proporcionais e razoáveis para a entrada em vigor das normas, bem como nas recomendações internacionais da OCDE, que preconizam a calibragem de *vacatio legis* conforme a urgência social do tema regulado. Considerando a velocidade das transformações digitais, a universalização do acesso à internet e a crescente exposição de crianças e adolescentes a riscos virtuais, torna-se imperativo antecipar a eficácia da lei, alinhando o ordenamento jurídico brasileiro às melhores práticas globais de proteção infantojuvenil.

Assim, a alteração do prazo para noventa dias garante a efetividade célere do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente, preservando direitos fundamentais, fortalecendo a segurança digital e reafirmando o compromisso do



Estado brasileiro com a prioridade absoluta conferida à infância e à juventude pelo art. 227 da Constituição Federal.

Sala da comissão, 18 de setembro de 2025.

Deputado Samuel Viana
(REPUBLICANOS - MG)
Deputado Federal



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253032445500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Samuel Viana

